



INTER  
FACES  
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

E-ISSN 2316-3801

DOI - 10.17564/2316-3801.2019v7n3p9-20

---

# EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA INSERÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA

SOCIO-ENVIRONMENTAL EDUCATION: A PERSPECTIVE FROM THE INSERTION OF THE SOCIAL ASSISTANT IN SCHOOL

EDUCACIÓN SOCIOAMBIENTAL: UNA PERSPECTIVA DESDE LA INSERCIÓN DE (EL) (LA) TRABAJADOR (A) SOCIAL EN LA ESCUELA

---

Anabela Maurício de Santana<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente texto tem o intuito de discutir e contribuir com reflexões acerca da importância da educação socioambiental refletindo e considerando a inserção do (a) profissional de serviço social no ambiente escolar, bem como as possibilidades de atuação do assistente social no âmbito das questões socioambientais. Para alcançar tal proposta, a presente pesquisa partiu do objetivo de analisar o debate teórico acerca da inserção do (a) assistente social no ambiente escolar, tendo como base a discussão acerca das dificuldades para a inserção do (a) assistente social na escola, a contribuição desse profissional na área de Educação Ambiental, bem como sobre o seu papel no ambiente escolar. Por meio do estudo tornou-se possível apontar que o assistente social pode,

por meio da intervenção e da mediação, trabalhar nessa área relativamente nova para a profissão, observando que podemos visualizar o ambiente escolar e a educação socioambiental como um novo desafio à categoria profissional, que deve munir-se de instrumentos com o objetivo de aplicar algumas ações frente às demandas trazidas pela questão referida. Assim, afirmamos a necessidade dessa categoria qualificar sua inserção no debate em torno da temática emergente.

## PALAVRAS-CHAVE

Educação. Socioambiental. Serviço Social.

## ABSTRACT

The purpose of this text is to discuss and contribute with reflections on the importance of Social and Environmental Education, reflecting and considering the insertion of the social service professional in the school environment, as well as the possibilities of the social worker in relation to social and environmental problems. To reach this proposal, the present research began from the objective of analyzing the theoretical debate on the insertion of the social worker in the school environment, based on the discussion about the difficulties for the insertion of the social worker in the school, the contribution of this professional in the area of Environmental Education, as well as its role in the school environment. Through the study, it became possible to emphasize that the

social worker can, through intervention and mediation, work in this relatively new area for the profession, noting that we can visualize the school environment and socio environmental education as a new challenge for the professional category. Which must be equipped with instruments with the objective of applying some actions in response to the demands presented by the said question. Thus, we affirm the need of this category to qualify its insertion in the debate around the emerging theme.

## KEYWORDS

Education. Socio-environmental. Social service

## RESUMEN

El presente texto tiene el propósito de discutir y contribuir con reflexiones acerca de la importancia de la educación socioambiental reflejando y considerando la inserción del profesional de trabajo social en el ambiente escolar, así como las posibilidades de actuación del trabajador social en el ámbito de las cuestiones socioambientales. Para alcanzar esta propuesta, la presente investigación partió del objetivo de analizar el debate teórico acerca de la inserción del trabajador social en el ambiente escolar, teniendo como base la discusión acerca de las dificultades para la inserción del trabajador social en la escuela, la contribución de ese profesional en el área de Educación Ambiental, así como sobre su papel en el ambiente escolar. A través del estudio se hizo posible señalar que el trabaja-

dor social puede, por medio de la intervención y de la mediación, trabajar en esa área relativamente nueva para la profesión, observando que podemos visualizar el ambiente escolar y la educación socioambiental como un nuevo desafío a la categoría profesional, Que debe dotarse de instrumentos con el objetivo de aplicar algunas acciones frente a las demandas traídas por la cuestión referida. Así, afirmamos la necesidad de esa categoría calificar su inserción en el debate acerca de la temática emergente.

## PALABRAS CLAVE

Educación. Socioambiental. Trabajo social.

## 1 INTRODUÇÃO

O discurso sobre a importância do meio ambiente no Brasil é antigo e, o uso indiscriminado dos meios naturais, também, não é nenhuma novidade. Porém, a busca de alternativas para a solução ou amenização das questões ambientais, como: queimadas, degradação, poluição, aquecimento, dentre outros, é uma preocupação relativamente atual. Essa preocupação não é universal, entretanto, existem organizações, públicas e privadas, que foram incitadas a atentar-se às questões relativas ao tema. Além dessas organizações, a população precisa refletir criticamente sobre a utilização dos recursos naturais em contraposição ao crescimento econômico.

A discussão sobre o meio ambiente é algo que acompanha a vida das pessoas, seja por meio de veículos de comunicação, como rádio, televisão, jornais e revistas, entre outros; seja a partir de situações vivenciadas na execução das atividades cotidianas. Trata-se de um assunto cada vez mais comum, ocupando páginas de revistas, documentários e manchetes de destaque.

No processo de leitura e escrita do referido trabalho algumas indagações/dúvidas foram surgindo. Buscamos respondê-las no decorrer da pesquisa, pois as consideramos elucidativas para a temática proposta. Para chegarmos a essas respostas, antecipamos como objetivo analisar o debate teórico acerca da inserção do (a) Assistente Social no ambiente escolar, tendo como base a discussão acerca das dificuldades para a inserção do (a) assistente social na escola, a contribuição desse profissional na área de Educação Ambiental, bem como sobre o seu papel no ambiente escolar. Contudo, não se pode limitar o assunto às matérias escritas, afinal, se assim o fosse, toda população que não sabe ou não tem o hábito da leitura, nem sequer entraria em contato com tal discussão.

Nos últimos anos tem crescido o mercado de trabalho do (a) assistente social no campo da Educação, sendo que uma das lutas das entidades organizativas da categoria tem sido a aprovação do Projeto de Lei que prevê a inserção obrigatória dos Assistentes

Sociais e dos Psicólogos na escola. Esse projeto está em fase de tramitação no nosso país e em muitos estados já foi incorporado na legislação local. Há que se destacar a importância de uma equipe técnica nas escolas para compor o trabalho interdisciplinar no atendimento às demandas que surgem no ambiente escolar, sendo que uma dessas demandas é a Educação Ambiental enquanto tema transversal.

Salientamos que os (as) assistentes sociais podem contribuir na implementação dos temas transversais na escola, envolvendo toda a comunidade por meio de atividades coletivas, oficinas, reuniões com a equipe e contribuição no planejamento em conjunto com os professores e demais profissionais. As escolas apresentam as demandas de uma Educação Ambiental planejada coletivamente pela equipe da escola e sua comunidade, bem como a execução de ações de Educação Ambiental contínua e permanente na comunidade escolar. Acreditamos que uma equipe profissional completa fomenta maior produtividade nessa questão.

Destarte, os (as) Assistentes Sociais podem contribuir, também, para o processo de planejamento e na revisão do Projeto Pedagógico da Escola, pois uma das suas atribuições é prestar assessoria na elaboração de planos, programas e projetos sociais. É importante ressaltar a necessidade premente da Educação Ambiental nas escolas de modo formalizado no Projeto Político Pedagógico (PPP) para assegurar sua prerrogativa normativa no ambiente escolar para além dos documentos e legislações que conformam o panorama educacional brasileiro.

Entendemos a relevância do tratamento da Educação Ambiental nas escolas de forma transversal, articulando diversas áreas do saber e também os diversos atores da escola, mas, sobretudo, que venham a existir ações sistemáticas e planejadas para atender as demandas do meio ambiente na escola. Nesse sentido, nossa hipótese é que uma equipe profissional completa pode contribuir para resolver tal problemática, tendo em vista que a inclusão da temática socioambiental no projeto político pedagógico nas escolas é um grande desafio que ainda encontra grandes dificuldades para ser efetivado, decorrentes da

necessidade de recursos e de entendimento da rede de professores para esse tema, que deve ser transversal conforme os Parâmetros Nacionais Curriculares.

Vale destacar que a equipe técnica, mais precisamente, com a inserção dos (as) profissionais do Serviço Social na escola, pode formular alternativas estratégicas para inserção da Educação Ambiental na educação formal. Como a exemplo de oficinas de formação e apresentação de vídeos, criação de cartilhas, envolvendo a comunidade escolar, discentes e docentes, mas também as instituições da comunidade numa relação interssetorial com a rede de políticas sociais.

Assim, é fundamental que a Educação Ambiental seja realizada de forma crítica e transformadora no ambiente escolar, desde a sua inserção no PPP como em atividades contínuas e permanentes. Desse modo, é elementar que todos os sujeitos tenham conhecimento do PPP e que esse esteja acessível a todos. É sabido que há certa resistência de alguns docentes por falta de conhecimento e/ou por não valorizarem a temática. Dessa maneira, a Educação Ambiental tem sido discutida de forma pontual e assistemática, apenas nas datas comemorativas.

No entanto, trabalhar a Educação Ambiental na educação formal também é uma responsabilidade dos demais profissionais que trabalham na Educação, como pedagogos, assistentes sociais e psicólogos. Para tanto, percebe-se a necessidade de ampliar a equipe, observando que a mesma deve envolver-se e apresentar os mesmos objetivos, pois a Educação Ambiental deve ser percebida como essencial para a humanidade.

Por meio da Educação Ambiental temos a possibilidade de despertar nos indivíduos o desenvolvimento do senso crítico e da construção de um saber ambiental, portanto, cabe à escola oferecer meios eficazes para que cada aluno (a) possa compreender os fenômenos naturais, as ações humanas e as suas consequências. É fundamental que cada discente possa desenvolver suas potencialidades e adote posturas pessoais assim como condutas sociais construtivas que venham colaborar na (e para a) construção de uma sociedade justa e um ambiente profícuo.

Isso posto, Rosa (2001) estabelece que a Educação Ambiental deve ser tratada como essencial no processo de formação e de educação constante da sociedade. Assim, deve ser percebida e considerada como um sistema educativo relevante para se constituir uma maior interdependência entre esses sistemas, isto é, o ambiente natural e o social, tendo como meta o desenvolvimento de um crescente bem estar das comunidades humanas.

Vale destacar que as finalidades dessa educação para a humanidade foram determinadas pela Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO) após a Conferência de Belgrado realizada em 1975. Nesse sentido, faz-se mister ressaltar que segundo a UNESCO (1999) temos a necessidade Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados. Sendo assim, fica claro que é um problema presente em praticamente todas as escolas, que, por conseguinte apontam para a necessidade de implantar e aprofundar urgentemente experiências de Escolas Sustentáveis. Escolas que atuarão na formação de sujeitos conscientes na relação com o meio ambiente, que trabalharão de modo transversal e interdisciplinar, no sentido de formar cidadãos comprometidos com a comunidade de forma geral e com os elementos da natureza.

Diante do exposto, defendemos a inserção do (a) Assistente Social na Educação para contribuir com o debate de uma Educação Ambiental Crítica e Transformadora no ambiente escolar. A partir dessas reflexões, vale destacar que o presente trabalho é de importante relevância por solicitar a emergência da inserção do Serviço Social na educação. Sem contar que a referida temática provoca reflexões também na estrutura da ciência, pois ao se discutirem novas propostas de educação, o que ocorre é um certo rompimento com os monólogos arraigados de superioridade, como os da ciência tradicional.

Para o desenvolvimento da escrita do referido texto, nos respaldamos na pesquisa bibliográfica, realizada para a construção do quadro teórico-conceitual, fundamentado a partir da contribuição dos autores e autoras

que tratam da nossa temática, bem como da pesquisa documental que conforme Gil (1999, p. 66) “vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Assim, os dados extraídos da pesquisa documental foram coletados por meio da análise das legislações acerca da Educação Ambiental e da inserção do Assistente Social na Educação.

Assim, a pesquisa fora realizada a partir de leituras e fichamentos de textos, os quais foram sistematizados e analisados com base nos objetivos da pesquisa e na perspectiva de análise crítica da Educação Ambiental no espaço escolar, recorrendo às obras dos autores que tratam desse objeto.

## 2 EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Podemos ressaltar que sem dúvida a questão ambiental é um dos temas mais discutido na contemporaneidade, em especial os problemas relacionados às questões socioambientais bem como a qualidade de vida, visto que estão sendo ameaçados pelos impactos ocasionados pela ação humana, o que demonstra a necessidade da Educação Ambiental. Assim, Medeiros (2007) menciona que a Educação Ambiental tem o objetivo de educar e conscientizar as pessoas no que se refere às questões de preservação da natureza, formar cidadãos preocupados com o meio ambiente e, por conseguinte, com a construção de valores sociais e a ampliação de formas conscientes que visem o crescimento da sociedade.

Percebe-se, portanto, a necessidade de pensarmos na responsabilidade socioambiental para além de um conceito, mas como uma atitude que pode (e deve) ser seguida e agregada por todos os sujeitos de forma individual ou coletiva, cujas práticas podem ser adotadas em benefício da sociedade e do meio ambiente, melhorando a qualidade de vida das pessoas. Desse modo, poderemos alcançar um desenvolvimento sustentável, um meio ambiente com menos danos e mais igualdade social.

O homem precisa sentir-se parte do meio natural e não superior, como algumas vezes acontece. Sen-

do parte, deve defender e proteger o meio ambiente e não somente explorar os recursos naturais. Infelizmente, o que se observa é uma exploração sem fim, uma forte degradação ambiental. O ser humano vive numa sociedade consumista que produz uma grande quantidade de lixo e poluição. Sociedade individualista que, muitas vezes, não se preocupa nem com outros seres humanos, por isso, o processo de aprendizagem e respeito ao meio deve ser contínuo.

Nesse sentido, é interessante que o ser humano procure pela essência das coisas, buscando o que está por trás das aparências. Deve valorizar o simples, o natural e refletir sobre suas ações e devidas consequências em relação ao meio ambiente. Gomes (2001, p. 13) analisa que “filosofar sobre o meio ambiente não nos restringe a desvendar causas, por exemplo, da poluição. Muito mais, nos leva a perguntar por que chegamos ao ponto de poluir um recurso ambiental de valor fundamental para a vida”.

A introdução da Educação Ambiental enquanto tema transversal nos currículos escolares do Brasil aponta para a necessidade premente de incorporação desse debate nas relações sociais da Escola e nos conteúdos trabalhados na formação cidadã dos (as) alunos (as). Com certeza, ainda existem muitos desafios para a materialização dessa proposta, que requer a articulação com a rede de políticas sociais e com os diversos atores presentes na comunidade escolar e na sua equipe de trabalho.

A escola carece da definição de um papel e de sua identidade no contexto social, político e histórico. E essa construção depende de um movimento interno, ou seja, do interesse das pessoas envolvidas em construir a identidade da escola e, conseqüentemente, a construção da identidade dos seus educadores e o grau de conhecimento da escola. É fundamental que a Educação Ambiental seja realizada de forma crítica e transformadora no ambiente escolar, desde a sua inserção no PPP como em atividades contínuas e permanentes. Ressaltamos a necessidade de o PPP ser socializado na escola, divulgado para amplo conhecimento e envolvimento dos sujeitos no seu desenvolvimento, proporcionando a participação social dos sujeitos presentes.

O atual modelo de crescimento econômico gerou desequilíbrio nas diversas esferas em nível global. Vivencia-se o processo de debate entre os políticos e a comunidade científica, objetivando alternativas de desenvolvimento. Percebe-se cada vez mais como insustentável considerar somente a dimensão econômica como a hegemônica do processo, uma vez que a mesma apresenta como reflexos maior concentração de riqueza, aumento da pobreza, degradação do meio ambiente, entre outros.

### 3 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

O trabalho do (a) assistente social possui dimensões objetivas e subjetivas, e se desenvolve no contexto de relações entre as classes sociais, possibilitando que a prática dessa profissão venha operar em meio a interesses diversos. Assim, esse (a) profissional tende a construir sua intervenção, bem como atribuir significado, finalidade e direção social tendo como base a visão e análise crítica das dimensões históricas, econômicas, sociais, políticas, culturais, dentre outras no seu fazer profissional.

O Serviço Social em sua origem americana, denominado social *work* (trabalho social) foi estruturado por organizações religiosas, especialmente da Igreja Católica Romana. No momento, a sua prática estava fundamentada e inspirada na providência divina, tendo em vista que “o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida” (FALEIROS, 2001, p. 88).

No século XIX, com a introdução das indústrias nas cidades, surge uma nova forma de organização social (Sistema Capitalista), que institui a sociedade de classe e um novo modo de produção nas relações sociais mediatizadas pela posse privada de bens. Com isso, “O capitalismo, gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2005, p. 54).

Nesse sentido, segundo Iamamoto (2008, p. 16-17) a questão social é percebida como “[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”. Assim, faz-se necessário salientar que as igrejas tinham também uma missão social de conferir a paz política, bem como a de fazer caridade, com intuito claro de apaziguar os conflitos da população que sofria com todas as formas de desigualdades e explorações. A justificativa dessas instituições era cumprir os seus deveres com os pobres como assim destaca Estevão (1985). Paralelo a isso, segundo Faleiros (2001), a classe dominante propagava aos sujeitos a culpa pela sua própria condição, considerando-os culpados por sua pobreza e seus fracassos.

Nessa conjuntura, não existia a profissão de Serviço Social, ou seja, a profissão não era regulamentada, mas as damas de caridades “assistentes sociais” contribuía voluntariamente para realizar atividades solicitadas pelas igrejas. Um marco importante para a organização da Assistência Social é a fundação em 1869 da Sociedade de Organização da Caridade em Londres (ESTEVIÃO, 1985).

Verifica-se, portanto, que é nesse contexto que surge “a necessidade de criar instituições que se encarregassem de formar pessoas especificamente para realizar as tarefas de assistência social e colocar em pauta a institucionalização do Serviço Social” (ESTEVIÃO, 1985 p. 14). Nas ações dessas instituições, a intervenção do trabalhador social estava arraigada na assistência prestada aos pobres e oprimidos que viviam na marginalização social. Assim, “a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, porque foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 2005, p. 66).

O Serviço Social, trazendo o debate para o Brasil, surge na década de 1930, não de forma isolada, mas em articulação com a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais, assim como pelos setores políticos, social e religioso (SILVA; SILVA, 2007).

Ao se fazer uma análise histórica do Serviço Social enquanto profissão verifica-se que este surge e institucionaliza-se, quando, por meio de suas ações procuram dar respostas a uma demanda social concreta, que no sistema capitalista apresenta-se com o acentuado processo de contradição entre o capital X trabalho. Nessa perspectiva, o Serviço Social como profissão liberal tem na “Questão Social” seu objeto de estudo e intervenção, sendo esse construído na complexa dinâmica das relações sociais, a partir das contradições geradas no sistema capitalista.

Percebe-se que o Serviço Social é uma profissão de caráter histórico e de significado social no processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, como assim expressam Yamamoto e Carvalho (2005). Destarte, vale salientar que a profissão apresenta-se no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem frente às expressões da questão social e, de igual modo, nas dimensões que tendem a constituir a sociabilidade humana.

## **4 SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO E EXPANSÃO PROFISSIONAL**

O Serviço Social vive hoje a expansão profissional por meio de novos espaços sócio-ocupacionais e a (re) inserção no cenário da política educacional tem revelado um grande desafio à profissão. Aos assistentes sociais apresenta-se a necessidade de engajar-se nas instituições escolares, de elaborar e de implementar projetos de integração dos aspectos sociais e educacionais vividos pelos destinatários dessa política social, de inserir-se profundamente na dinâmica do conhecimento pedagógico e das suas legislações que marcam a construção de políticas educacionais nesse país.

O assistente social hoje busca fundamentar sua formação profissional a partir das novas Diretrizes Curriculares, com uma flexibilidade das disciplinas, podendo contemplar especificidades regionais e demandas geradas pelas necessidades, por meio de interlocuções com outras áreas do saber (pluralismo), a indissociabilidade nas dimensões ensino, pesquisa

e extensão e a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Nessa perspectiva, é que o Serviço Social busca construir um perfil profissional na política educacional, conquistando espaços, protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, ousadas, destemidas e comprometidas com a transformação social.

A educação não é um campo de trabalho novo para o Serviço Social, como é conhecido, mas nos últimos anos, percebe-se um crescente interesse dos assistentes sociais por essa área, em seu aspecto teórico-metodológico, como objeto de pesquisa e como campo interventivo, sobretudo na esfera pública, por meio de muitas contratações desse profissional para integrar a equipe profissional da educação nas escolas, em assessorias e consultorias no âmbito da política educacional estadual e nacional.

O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da educação e ocupado espaços importantes no processo de execução da política educacional. Com isso, tende a deixar o serviço de ações complementares, paliativas e emergenciais. Seu trabalho consiste em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania.

Nesse sentido, pensar a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social é remeter-se a um trabalho desenvolvido pelos profissionais na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades, visando à autonomia, à participação e à emancipação dos indivíduos sociais. Traçar um perfil profissional educativo representa para a profissão a construção de meios para a superação da condição de opressão e de dominação das classes oprimidas e dominadas.

Mediante essa realidade é que o Serviço Social é uma profissão que vem se construindo há sete décadas de existência no Brasil e no mundo; com seu cará-

ter sociopolítico, crítico e interventivo, tem ampliado a ação em todos os espaços em que ocorrem as diversas refrações da questão social, ou seja, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Está inserido nas diversas áreas de direitos, no universo da família, no mundo do trabalho, nas políticas sociais públicas e privadas, nas questões ambientais, nos grupos étnicos, em diversos segmentos da sociedade brasileira: da criança, do adolescente, do jovem, do idoso e outras formas de violação dos direitos sociais.

Tais situações demandam um trabalho de planejamento, de gerenciamento, de administração, de assessoramento às políticas, a programas e serviços sociais, de análise da realidade social e institucional, a ações incisivas e transformadoras junto à população usuária. Trabalha essencialmente as relações sociais por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços.

É importante considerar que a função pedagógica e educativa do assistente social ocorre por meio dos vínculos estabelecidos pela profissão com as classes sociais e se materializa, especialmente, por meio dos efeitos do trabalho profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Essa função é: “Mediatizada pelas relações entre Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social” (ABREU, 2001, p. 17).

O Serviço Social desenvolve estratégias objetivadas pelas políticas sociais públicas e privadas, especialmente a assistência social, atendendo sim, às necessidades de subsistência física do trabalhador, mas também nos processos de luta e de resistência das classes subalternas em contraposição à ordem do capital.

É importante considerar que a função educativa da intervenção do assistente social junto às classes subalternas, atende, em algumas vezes, as determinações dos donos do capital, pois tais serviços são demandados por estes para garantir a fixação de “valores e normas de comportamento junto ao trabalha-

dor e sua família para o enquadramento nos padrões de sociabilidade às exigências do processo de acumulação capitalista” (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 143).

Não obstante, o movimento da sociedade mediante as conflituosas relações sociais e tensões, revela as contradições do sistema vigente e altera o pseudo equilíbrio revelado pelas forças dominantes e dá abertura às críticas, à negação e à superação da ordem estabelecida.

É nessa perspectiva que a solicitação dessas classes pelo trabalho do assistente social demonstra a necessidade das frentes de lutas que caracterizam o projeto interventivo profissional. Tais frentes de luta indicam as possíveis respostas para atender as necessidades materiais e imediatas da população em seu pleno desenvolvimento humano, e às necessidades de formação e organização política.

## **5 A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO MEIO AMBIENTE**

Alguns estudiosos e profissionais do Serviço Social consideram indiscutível a inserção do (a) assistente social na educação devido a sua evidência, bem como percebem como evidente a proposta de integrar o social e o meio ambiente, no entanto, ainda encontramos resistências por parte dos governantes/empresários e da própria sociedade.

No cenário mundial e especificamente no Brasil, a questão ambiental tem se tornado algo preocupante, visto que ela deixou de ser uma temática que interessa somente aos ambientalistas ou pessoas vinculadas às questões ecológicas, por exemplo, para ser vista especialmente como uma problemática que perpassa toda a sociedade e que necessita ser pensada e tratada como tal.

Os países em desenvolvimento são, em geral, fortes vítimas de uma maior deterioração ambiental, visto que indústrias proibidas em países industrializados, muitas vezes tendem a se instalarem em países em vias de desenvolvimento e não adotam medidas de proteção ao meio ambiente que em seus países de origem seriam obrigados a adotar, impondo os custos



da produção. Em virtude disso, os problemas ambientais não podem ser considerados somente como uma questão ecológica, mas, sobretudo como algo que transcende o campo do imediatismo.

Logo, a questão ambiental envolve acima de tudo a tomada da consciência de que a preservação do meio ambiente é algo necessário e necessitamos urgentemente de uma prática cotidiana que integre questões culturais de cunho pessoal e profissional, atravessando assim, pelas questões ambientais, cuja prática deve-se iniciar nas escolas.

Diante do exposto, podemos expressar que esse trabalho procura discutir a educação ambiental como uma política social e a importância da atuação dos (as) Assistentes Sociais. Assim, é necessário refletir sobre a relação entre Serviço Social e meio ambiente para além dos muros do capitalismo e, conseqüentemente, da lógica da educação como mercadoria, com o objetivo de vislumbrar políticas públicas ambientais para enfrentamento da Questão Social, que é objeto de intervenção profissional do Serviço Social.

A prática da educação ambiental deve direcionar para uma compreensão crítica e inovadora em qualquer tempo ou lugar. Diante disso, a educação ambiental deve desenvolver e potencializar o poder das diversas populações, estimular mudanças democráticas que incitem os setores menos favorecidos da sociedade. Nesse sentido, ela deve ser trabalhada como política social, que tem como objetivo a formação de cidadãos conscientes e participativos, que por sua vez passem a reivindicar seus direitos na sociedade.

O (a) assistente social é um (a) profissional que trabalha a realidade social e, diante dessas reflexões, faz-se necessário que construa um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador e estratégico para as negociações e conquistas no campo educacional.

Dessa maneira, é necessário discutirmos a atuação do (a) Assistente Social frente à política social de educação ambiental. Temos que entender que o (a) assistente social é também um (a) educador (a), que tem sua prática profissional permeada pela ação socioeducativa. Assim, compreendemos que a educação ambiental insere-se nas demandas emergenciais, porque

esta requer estratégias inovadoras que passam a ser desenvolvidas pelas classes sociais, apontando para a ampliação do espaço ocupacional do Serviço Social.

Portanto, o Serviço Social por atuar diretamente com a Questão Social, pode agir como um implementador de políticas sociais, nesse caso, em políticas socioambientais na perspectiva da garantia dos direitos de cidadania. A partir dessa perspectiva é que vislumbramos a necessidade de trabalhar a educação ambiental, entendendo que esta se constitui em uma nova demanda para o Serviço Social.

## 6 BREVES APRECIÇÕES CONCLUSIVAS

Sem a intenção de querer esgotar a temática em questão, percebe-se que a educação é um dos principais mecanismos de transformação da sociedade e é papel da escola, de forma democrática promover ao ser humano a possibilidade deste integrar-se de forma comprometida com as questões sociais. Cabe a escola estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos de respeito e compromisso com o meio ambiente e com os indivíduos. Assim, a educação ambiental é um campo epistemológico que não surge do nada, mas sim das necessidades que sentimos em combater com a degradação do meio ambiente, bem como das relações sociais. Ela surge com o intuito de contribuir na elaboração e implementação de políticas públicas eficazes de mudar comportamentos.

Dessa forma, percebe-se a necessidade da implementação do cargo de assistente social no quadro de funcionários (as) da Rede de Educação pública e privada, acompanhada inclusive de uma equipe multiprofissional, com o intuito de atuar nas questões sociais, o que inclui as questões ambientais. Isso posto, faz-se mister ressaltar que a inserção/presença dos (as) profissionais é extremamente importante, pois os (as) assistentes sociais estarão lidando com as questões sociais que por sua vez perpassam o contexto escolar e suas relações complexas devem servir de bússola para que se percebam a real necessidade e importância do (a) profissional, assim como já ocorre em outros estados/municípios.

Podemos enfatizar, inclusive, que já temos vários estados e municípios brasileiros, como por exemplo, os estados da Paraíba, de Minas Gerais, o Rio Grande do Sul e de São Paulo, que contam com a presença e atuação de assistentes sociais nas escolas da rede pública, inclusive podemos, também, contar com a presença em algumas escolas particulares, mas ainda é pouco, diante das demandas. Assim, desde 2000, em nível nacional, há um movimento da categoria profissional, cujo movimento vem sendo liderado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), observando que o movimento recebe a contribuição de diferentes grupos da sociedade, todos apresentando o mesmo objetivo, ou seja, implantar o serviço social educacional na rede pública de ensino. Enfim, a inclusão do assistente social é urgente e cada vez mais relevante na realidade da educação.

O Serviço Social é uma das categorias que vem sendo cada vez mais demandada a apresentar respostas à questão socioambiental e, neste terreno, a EA, portanto, emerge com força enquanto um novo espaço de atuação. Sendo assim, é imprescindível que a categoria dos (as) assistentes sociais discuta sobre esta área de atuação, tendo em vista as novas possibilidades de trabalho que se apresentam e precisam ser apropriadas, compreendidas e, por conseguinte ampliadas, pois como nos coloca Iamamoto (2008, p. 48), caso os (as) “assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados”.

Assim, faz-se necessário, que os (as) assistentes sociais se apropriem desse novo campo de trabalho, no entanto, embora o terreno pareça fecundo, o (a) profissional precisa abastecer-se de instrumentos e ferramentas que demonstrem a necessidade e efetividade desta intervenção. A educação socioambiental deve agir de forma unânime e massiva nas instituições de ensino da rede pública e também na rede privada, tendo como principal proposta formar cidadãos preocupados com a preservação do meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

ABREU, H. B. As novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Capacitação em serviço social e política social. Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p. 35-44, 2001.

CARDOSO, F. G.; MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 4, p. 139-150, 2000.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, M. A. O. **Filosofia e ética ambiental**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001. p. 7-21.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDEIROS, Ronaldo N. **Afinal, para que serve educação ambiental?** 4/9/2007. Disponível em: [http://www.ubaweb.com/revista/g\\_mascara.php?grc=16573](http://www.ubaweb.com/revista/g_mascara.php?grc=16573). Acesso em: 15 ago. 2016.

ROSA, A. C. M. As grandes linhas e orientações Metodológicas da Educação Ambiental. Unidade I. In: **Educação ambiental**: curso básico à distância: educação e educação ambiental I. Coordenação Geral: Ana Lucia T.de A. Leite e Nana Mininni Medina. Brasília: MMA, 5v. 2. ed. 2001.

SILVA; SILVA, M. Ozanira da (coord.). **O serviço social e o popular**: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO – Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada. Brasília: IBAMA, 1999.

---

Recebido em: 23 de Agosto de 2017  
Avaliado em: 2 de Outubro de 2018  
Aceito em : 2 de Outubro de 2018

---

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS; Mestra em Educação – Universidade Federal de Sergipe – UFS (2014); Especialista em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis, Universidade Federal de Sergipe – UFS (2016) e em Didática e Metodologia do Ensino Superior – Faculdade São Luís de França (2009); Bacharel em Serviço Social – Universidade Tiradentes – UNIT (2007); Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero” – UFS e do Grupo “Gênero, Família e Violência” – UNIT. E-mail: ana\_santana@oi.com.br

